

Brasil esconde o que o Bird sabe

A escola pública está formando o número necessário de pessoas, com o tipo de educação e de habilitação que o Brasil precisa?

Para responder a esta questão, o Banco Mundial vem produzindo uma série de relatórios que examinam detalhadamente os problemas gerais e específicos do sistema educacional brasileiro. O relatório, que aborda o ensino de segundo grau, foi concluído em novembro de 1989, com a participação de especialistas da Fundação Carlos Chagas e de várias universidades brasileiras.

Algumas discordâncias entre as conclusões desse relatório e as opiniões de técnicos do Governo brasileiro, contudo, vêm mantendo o estudo cuidadosamente engavetado, sob o carimbo de confidencial. Isso impede que informações e avaliações importantes sejam amplamente divulgadas.

Para responder à questão inicial, o relatório analisa o ensino de segundo grau sobre diversos ângulos: o baixo aproveitamento dos cursos convencionais, os custos das escolas técnicas, a eficácia dos cursos de qualificação de mão-de-obra, entre outros. Percorre os últimos decênios para encontrar explicações sobre os baixos índices educacionais da população brasileira. E projeta os caminhos futuros da economia para avaliar os riscos da distância que atualmente separa a produção do sistema educacional das necessidades do setor produtivo, as formas de aproximação e as perspectivas.

O relatório salienta que o Brasil deu prioridade à expansão do ensino de pós-graduação e que, em decorrência, o número de matrícula no ensino de segundo grau, embora tenha crescido rapidamente até a recessão de 1980, continua muito baixo quando é comparado aos níveis de outros países. Apenas 37 por cento da população brasileira entre 14 e 18 anos estão matriculados no segundo grau, enquanto na Coréia este índice atinge 95 por cento, no Chile 70 por cento e no México 55 por cento. O Brasil gasta apenas 8,4 por cento de seus recursos com a educação de segundo grau, muito menos do que a média de outros países da América Latina.